

pois em face do mundo, da unidade espiritual dos humanos e da paz, os cristãos temos de estar unidos. Não há diálogo inter-religioso sem ecumenismo. Se uma igreja local, um grupo religioso qualquer, pretende inaugurar um diálogo com qualquer cultura ou religião não cristã, deve começar por tratar os outros cristãos como irmãos e cuidar de viver, pensar e agir em comunhão com todos os que estão unidos pelos laços da mesma fé, da mesma esperança e do mesmo amor, fiéis a Jesus e ao seu Espírito.

Essa prioridade do diálogo inter-religioso *na ordem da intenção*, pressupõe, portanto, a prioridade do ecumenismo *na ordem da realização*. Devemos estar juntos e unidos todos os cristãos, para responder aos desafios que lança o mundo a todos os que trazemos, ainda que em vasos frágeis, o nome de cristãos.

É interessante observar essa prioridade assinalada na *Declaração Dominus Jesus*, fiel, neste ponto, à doutrina da universalidade da salvação, que desempenhou papel decisivo na reflexão conciliar. Mas como articular com a doutrina da universalidade da salvação, a posição particularista da Igreja defendida na *Dominus Jesus*? A coerência teológica exige que, sendo universal, a salvação não seja considerada de nenhuma igreja particular, senão de Deus, por Jesus Cristo, presente, no Espírito, no coração de todos os humanos, testemunhado e servido por todos aqueles que invocam o seu nome, por mais profundos que sejam os abismos culturais e religiosos que os separem na história.

Ainda uma vez aqui, é preciso distinguir para unir. O curso de ecumenismo tem todo interesse em guardar a sua especificidade, para que se esclareça e reforce nossa adesão de fiéis cristãos à realidade histórica da Igreja, através da qual acedemos à salvação universal. Isto não quer dizer, porém, que se deva separar o ecumenismo do diálogo inter-religioso. Pelo contrário. Parece-nos hoje indispensável introduzir como dimensão transversal no estudo da teologia, a perspectiva inter-religiosa, e, talvez mesmo, cuidar de estruturar uma disciplina de formação para o diálogo inter-religioso, com estatuto próprio, que não se confunde nem com as ciências nem com a teologia das religiões. Mas este é um outro assunto.

Francisco Catão é Doutor em Teologia pela Universidade de Estrasburgo - França.  
Leciona no Instituto Teológico Pio XI. cataof@ig.com.br

## REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA VALORAÇÃO ÉTICO-TEOLÓGICA NA PERSPECTIVA DOS EXCLUÍDOS

Frei Dr. Luiz Augusto de Mattos

A presente reflexão tem como objetivo aprofundar a temática da reprodução humana assistida (RHA) a partir da experiência de vida dos excluídos<sup>1</sup>. Aprofundamento que se limitará ao enfoque ético-teológico.

Com o progresso biotecnológico a sociedade e a Igreja estão sendo surpreendidas com as novidades que a todo momento são divulgadas e os desafios que se apresentam por exemplo nos níveis ético e teológico. Diante das conquistas, como a de uma mudança qualitativa no domínio da reprodução humana, geralmente ocorrem duas reações: uma que vê a conquista como salutar, e outra que demonstra preocupação com o que poderá acontecer de não benéfico num futuro não longínquo.

<sup>1</sup> Entende-se por excluídos todos os que estão fora dos benefícios da atual sociedade dinamizada por uma economia de mercado excludente.

"O sociólogo José de Souza Martins tem o seguinte comentário sobre a exclusão social: a exclusão não só produz "uma reinclusão em relações sociais precárias e marginais, como produz, também, uma reinclusão ideológica no imaginário da sociedade de consumo e nas fantasias pasteurizadas e inócuas do mercado, qualquer que seja ele, até mesmo o mercado dos valores sagrados da tradição ou da dignidade humana. (...) A nova desigualdade separa materialmente, mas unifica ideologicamente. No entanto, a nova desigualdade se caracteriza, basicamente, por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundo que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas idéias individualistas, a mesma competição. Mas as oportunidades são completamente desiguais. A nova desigualdade resulta do encerramento de uma longa era de possibilidades de ascensão social, que foi característica do capitalismo até há poucos anos. Apesar disso, o imaginário que cimenta essa ruptura é um imaginário único, mercantilizado, enganador e manipulável". MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. p. 21-22.

Partindo dessa preocupação com a vida dos excluídos, ou seja, dos insignificantes para a lógica da sociedade mercadocêntrica, a reflexão aprofundará a perspectiva ético-teológica tendo como interlocutor esses sempre descartados. Os pobres-sempre-excluídos se apresentam como interlocutores não tanto por terem poder de transformação da sociedade – essa tem sido sempre a realidade histórica deles – mas por serem fundamental referência ética e teológica que reorienta nosso discurso e nossa prática. Eles possibilitam uma postura crítica, profética, teologal frente aos poderes de morte que expropriam os mais indefesos.

Este estudo é motivado por uma ética do cuidado e do enternecimento em relação à inalienável dignidade da vida nas corporeidades dos excluídos. Sabe-se que o risco, por exemplo, de manipulação, de dominação, de seleção eugênica, do aluguel de útero de mulheres pobres no campo da RHA, não pode ser descartado e ignorado, sobretudo dentro de uma situação sócio-política e cultural em que se descarta aqueles que são considerados inaproveitáveis e sobrantes. E ainda: com as pesquisas e as conquistas, no que diz a área da reprodução humana, levantam questionamentos preocupantes, como: quem se beneficiará dos avanços e conquistas? Como enfrentar a paradoxal distância entre as conquistas pró-vida e a realidade de exclusão vivida pela imensa maioria do povo? Como se situar diante de uma mentalidade capitalística que não tem o excluído como preocupação, a não ser como fonte de exploração (por exemplo, cobaia involuntária de experimentações)? Como a reflexão teológica se posiciona diante do biopoder da tecnologia reprodutiva ao optar pelos pobres?

Partindo dessas preocupações a reflexão optou por uma perspectiva ético-teológica que estuda a RHA desde um enfoque latino-americano da Bioética. Como se diz: “A emergência e o estilo da Bioética latino-americana estão relacionados, antes de mais nada, com as conseqüências da situação social e econômica da América Latina para a área da saúde. (...) Dá-se mais ênfase à justiça social e à opção pelos mais fracos e desfavorecidos”<sup>2</sup>. Enfim,

<sup>2</sup> JUNGUES, José R. *Bioética*. p.24.

analisa uma questão *microética* - a RHA - situando-a dentro da questão *macroética*, ou seja, a situação dos pobres excluídos.

Considerando a tensão dialética entre a questão microética e a questão macroética o pobre excluído é apresentado como critério *ético-teológico*. Isto, por serem os pobres-excluídos (indivíduos, grupos, etnias, nações) os sujeitos éticos capazes de apresentar uma interpelação diante dos projetos de pesquisa, do novo poder biotecnológico, do desenvolvimento de pesquisa no campo da RHA; e de despertarem a sociedade e a Igreja para práticas libertadoras em relação à pessoas e coletividades despossuídas de dignidade e necessitadas de solidariedade e de justiça. Apesar de que na tradição eclesial sempre houve a preocupação da opção pelos pobres por parte da Igreja. Tendo em vista essa ótica a reflexão seguirá os seguintes passos: primeiro, uma análise da RHA no contexto sócio-político; segundo, um estudo da vida dos excluídos frente às novas tecnologias reprodutivas, e, por fim, uma valoração ético-teológica da RHA na perspectiva dos excluídos.

## I. A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO

A sociedade é atravessada por uma revolução biotecnológica que está, cada vez mais, possibilitando o domínio no campo da RHA. Revolução que apresenta possibilidades inéditas e fascinantes. Tudo parece mostrar que realidade e ficção científica se entrelaçam – como se fosse o inaugurar do “oitavo dia da criação” (onde se faz um ser à nossa imagem idealizada) a partir do paraíso prometido pelo avanço técnico-científico na área da reprodução da vida. Não obstante é impossível ignorar o lado do temor<sup>3</sup>. Inclusive a

<sup>3</sup> O cientista Jacques Testart afirma: “A biologia está na moda. Ela fascina e preocupa ao mesmo tempo, como a física, meio século atrás... Não é o sacrifício de ovos eventualmente inumeráveis que me atormenta; mas sim essa louca perspectiva da criança inteiramente manipulada, cuja vinda dará necessariamente ensejo à decepção. (...) O perigo, o abismo para o futuro do primata sábio, está na calibragem individual de sua procriação. (...) Creio que chegou o momento de fazer uma pausa, o momento de autolimitação do pesquisador. O pesquisador não é o executor de todo projeto que

Igreja tem mostrado sua preocupação com as novas experimentações científicas no campo da reprodução humana<sup>4</sup>.

Compreender a força de determinação da RHA em nossa realidade sócio-política, exige aprofundar a lógica expropriadora por trás das experimentações. As experimentações passam, hoje, por uma mercantilização que vai ao encontro da manutenção de uma sociedade que lucra em cima dos empobrecidos. A guerra bioengenheirada é uma realidade incontestável! Não é de se estranhar, em nome de uma nova espécie de eugenia (controle da reprodução da espécie com o objetivo de melhorá-la), de que se caminha para um “liberalismo biológico” (J. Testart), ou seja, condições sócio-econômicas favorecem

---

nasce da lógica própria da técnica. Colocado no cadinho da espiral dos possíveis, ele adivinha, antes de qualquer outra pessoa, para onde tende a curva, o que ela vem apaziguar, e também o que vem abolir, censurar, renegar. Eu, pesquisador de procriação assistida, decidi parar. Não a pesquisa para fazer melhor o que já fazemos, mas a que opera uma mudança radical da pessoa humana no ponto de encontro da medicina procriativa e da medicina preditiva”, TESTART, J. *O ovo transparente*. p. 19-25.

<sup>4</sup> “...Infelizmente, este panorama inquietante (ameaças à vida humana), longe de diminuir, tem vindo a dilatar-se: com as perspectivas abertas pelo progresso científico e tecnológico, nascem outras formas de atentados à dignidade do ser humano, enquanto se delinea e consolida uma nova situação cultural que dá aos crimes contra a vida um aspecto inédito e – se possível – ainda mais iníquo, suscitando novas e graves preocupações: amplos setores da opinião pública justificam alguns crimes contra a vida em nome dos direitos da liberdade individual e, sobre tal pressuposto, pretendem não só a sua impunidade, mas ainda a própria autorização da parte do Estado para os praticar com absoluta liberdade e, mais, com a colaboração gratuita dos serviços de saúde.

“Ora, tudo isto provoca uma profunda alteração na maneira de considerar a vida e as relações entre os homens. O fato de as legislações de muitos países, afastando-se quicá dos próprios princípios brasileiros das suas Constituições, terem consentido em não punir, ou mesmo até em reconhecer a plena legitimidade de tais ações contra a vida, é conjuntamente sintoma preocupante e causa não marginal de uma grave derrocada moral: opções, outrora consideradas unanimemente criminosas e rejeitadas pelo senso moral comum, tornam-se pouco a pouco socialmente respeitáveis. A própria medicina que, por vocação, se orienta para a defesa e cuidado da vida humana, em alguns dos seus setores vai se prestando em escala cada vez maior a realizar tais atos contra a pessoa, e, deste modo, deforma o seu rosto, contradiz-se a si mesmo e humilha a dignidade de quantos a exercem”, JOÃO PAULO II. *Encíclica Evangelium Vitae*. n.4.

uma prole com mais qualidade e garantia de sobrevivência. A vida parece ser determinada pela política da eficiência e da competitividade, da integração (inclusão) e da exclusão.

A expropriação proveniente pelo Mercado biotecnológico é evidente, sobretudo, quando se constata que o avanço técnico-científico é acompanhado por uma política de gordos dividendos. Na maioria absoluta dos países do Terceiro Mundo, os pobres assistem ao avanço tecnológico em concomitância com a miséria do povo. No Brasil, por exemplo, estamos com um salário mínimo mensal injusto. Não há como não suspeitar que a tecnologia biogenética esteja financiada com a exploração da população nos países subdesenvolvidos. O custo da tecnologia, via expropriação, dizem as vozes abalizadas tecnicamente, é um sacrifício necessário. Mas, o que se percebe, é que as grandes conquistas da biotecnologia continuam reservadas aos ricos, prestando-se à formação de monopólios. A experimentação e a manipulação em nível embriogenético humano levantam questionamentos sérios, quer a respeito do sustento dos custos das pesquisas, quer a respeito do endereçamento social das conquistas. Quem se beneficiará de todos esses avanços? Se por um lado, teoricamente, a qualidade de vida ganharia com os avanços, na prática assistimos a uma paradoxal distância entre as conquistas pró-vida e a realidade de miséria.

As novas conquistas da biotecnologia ou as tecnologias utópicas, na área da RHA, estão trabalhando para o grande sonho: o “supercorpo divino”, o super-homem, a vida perfeita, o novo Adão; vale dizer: “nascimento de um ser humano que estaria em ‘grande saúde’, isto é, de quem uma ‘prescrição’ retiraria toda doença hereditária antes mesmo de ele ter nascido e toda predisposição a ser cometido por qualquer outra doença. Prescrição no sentido médico, evidentemente, mas que teria de particular o fato de, longe de curar *a posteriori*, curar *a priori*, na ausência de todo sintoma”<sup>5</sup>. Enfim, em adoração ao “bezerro de ouro tecnológico” os cientistas buscam chegar ao horizonte último da Grande Saúde: o ser humano sem defeitos, completo. O problema é o risco de uma apartação biológica, a qual será construída por um

---

<sup>5</sup> SFEZ, Lucien. *A saúde perfeita: Crítica de uma nova utopia*. p. 21.

progresso técnico-científico que beneficiará os que estão integrados no mercado. Por isso, como equacionar o fato do avanço biotecnológico no campo da RHA e a realidade de empobrecimento e exclusão da imensa maioria do povo? Como não favorecer uma “subclasse genética”?

A seguir, tentar-se-á tratar a respeito das possíveis conseqüências, para a vida dos pobres, com as implementações advindas de um desenvolvimento biotecnológico no que diz o modo de reproduzir.

## II. A VIDA DOS EXCLUÍDOS FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS REPRODUTIVAS (NTERS)

Na atualidade tratar dos direitos humanos em relação aos pobres implica, também, falar dos direitos reprodutivos. Por quê? A desigualdade sócio-econômica é refletida no paradoxo onde a tecnologia médica mais avançada convive com os fracassos dos serviços de saúde pública, assim como milhares de abortos clandestinos convivem com a sofisticação do bebê de proveta. A mentalidade é que conhecimento (= poder técnico-científico) significa maior poder de fazer – identifica o poder-fazer com o bem-fazer. E quem economicamente pode ter acesso ao bem fazer terá possibilidade de um tratamento de boa qualidade. E mais: dentro de uma sociedade que caminha para a “genetocracia”, os despossuídos e desprotegidos deveriam lutar por direitos genéticos<sup>6</sup>. Diante da revolução tecnológica no mundo da reprodução humana os pobres não poderão, mais uma vez, serem vítimas.

<sup>6</sup> Comenta o cientista J. Rifkin: “Alguns engenheiros genéticos acreditam que uma futura genetocracia seja totalmente inevitável. Lee Silver, biólogo molecular da Universidade de Princeton, escreve sobre um futuro não tão distante no qual existiriam duas classes biológicas distintas: a que ele se refere como os Ricos em Genes e os Naturais. Os Ricos em Genes, que responderiam por 10% da população, foram aprimorados com genes sintéticos e tornaram-se os governantes da sociedade. Entre eles estão os homens de negócios, músicos, artistas, intelectuais e atletas Ricos em Genes, cada um deles tendo recebido os genes específicos que lhes permitem ter sucesso em seus respectivos campos de atuação, de forma nunca antes imaginada por aqueles nascidos ao acaso da natureza. No centro dessa nova aristocracia genética estão os cientistas Ricos em Genes, aprimorados com traços especiais que aumentam suas habilidades mentais, conferindo-lhes o poder de ditar as normas dos futuros avanços

No campo da RHA os pobres, muitas vezes, acabam sendo expropriados na objetividade e na subjetividade de suas corporeidades. É claro que, precisamos aprofundar tal assunto e não podemos deixar de nos indignar quando constatamos, por exemplo, que as mulheres têm sido cobaias involuntárias nas experimentações científicas, sobretudo na área das novas tecnologias contraceptivas. Pois é sobre o corpo das mulheres mais vulneráveis do mundo (pobres e negras) que são realizados a maioria dos testes.

Isto ocorre com todos aqueles que não têm seus direitos sociais e/ou reprodutivos assegurados justamente. No mundo periférico, a vida e a reprodução da vida dos empobrecidos têm pouco valor. É necessário sair do imediatamente percebido e compreender melhor o momento em que vivemos e o processo de: desrespeito à cidadania, aumento da violência contra o corpo dos pobres, preferencialmente, das mulheres e, em especial - como a crise em que vivemos não se restringe a não ter pão, emprego, alternativas de sobrevivência econômica - uma crise de desencanto e de sentido de impotência diante de um contexto que se apresenta como imutável e muito complexo.

As pessoas pobres, quase sempre, vivem uma opção no campo reprodutivo como única saída – opção de mão única! Estão bloqueadas a consciência e uma alternativa de vida para regular a capacidade reprodutiva que não passe pela imposta dentro do contexto. Para a maioria, a autonomia, a liberdade, o sonho estão limitados por imposições sócio-existenciais referidas

evolucionários na Terra. Silver afirma que: (...) com a passagem do tempo, a distância genética entre os Naturais e os Ricos em Genes tornou-se cada vez maior, e agora há pouca possibilidade de elevação, da classe inferior para a superior (...) Todos os aspectos dos setores da economia, comunicação, entretenimento e do conhecimento são controlados por membros da classe dos Ricos em Genes (...) Os filhos dos Ricos em Genes e dos Naturais crescem e vivem em mundos sociais segregados, onde existe pouca possibilidade de contato (...). Finalmente, as duas classes se tornarão os humanos Ricos em Genes e os humanos naturais – espécies totalmente distintas, sem nenhuma possibilidade de hibridização entre elas e com tanto interesse amoroso, uma pela outra, quanto o ser humano atual teria por um chimpanzé. Silver reconhece que a crescente polarização da sociedade nessas duas classes a que ele se refere poder ser injusta, mas ele rapidamente acrescenta que os pais mais ricos sempre puderam dar a seus filhos todo tipo de vantagem”, RIFKIN, J. *O século da biotecnologia*. p. 178.

não somente às condições materiais mas, também, à produção sócio-cultural do desejo. Um corpo sofrido, mutilado, um querer determinado por uma lógica excludente, não tem fôlego para transmutar-se em outros amores e querer.

Hoje, o conflito na sociedade é construído, também, através da desigual oportunidade na reprodução da vida, apesar do imaginário dos poderosos. Em outras palavras: no mundo desenvolvido a tecnologia genética significa o avanço da medicina de ponta, desenvolvendo sofisticados métodos concepcionais, enquanto que no mundo periférico, existem políticas visando à inibição da explosão demográfica, ou seja, esterilização das mulheres em tempo fértil.<sup>7</sup> Tudo isso revela uma imensa contradição; significa que determinadas etnias, classes, tipos de pessoas devem ser criados e outros, na medida do possível, não devem proliferar. Para cada segmento da sociedade existe uma política demográfica. Por um lado, favorece através da RHA – tecnologia genética -, o nascimento de filhos do mundo da burguesia (os integrados no mercado). Por outro, através da esterilização, por exemplo, procura-se reduzir o contingente dos pobres. Ocorre-se um verdadeiro descompromisso de quem tem poder com a vida dos que já têm a vida ameaçada, indefesa. Inclusive os poderosos lucram com a sujeição e a mercantilização do corpo dos pobres.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> A pesquisadora Mary Garcia Castro afirma: “Cerca de 75%... das mulheres esterilizadas na Bahia eram classificadas, segundo as estatísticas oficiais, como cor preta ou parda. Note-se que na Bahia a maioria das mulheres esterilizada seria da raça negra... Já no Brasil como um todo, predominam as mulheres de raça branca entre as esterilizadas, ou seja, 61,8%. Tais informações alertam para a importância de discutir mais a relação entre sistema de discriminação racial e prática de esterilização antes de avaliar que tal prática estaria a uma estratégia de genocídio da raça negra..., inclusive porque na Bahia predominam demograficamente os afro-brasileiros, e entre estes, os pobres. Portanto, seria esperado que a maioria das mulheres esterilizadas fossem negras e pobres. Assim, ao mesmo tempo em que questiono a propriedade e conveniência da tese de que haveria um voluntarismo de Estado ou do sistema contra a raça negra, com a permissividade e o incentivo de cirurgias de esterilização, uma vez que tal tese não reflete sobre a complexidade dos aparatos ideológicos que induzem vítimas a serem cúmplices de ações que resultam em prejuízo de uma identidade coletiva – no caso, a raça negra -, nem a falta de alternativas imediatas para superar situações de necessidade econômico-material...). CASTRO, Mary C. Esterilização de mulheres no Brasil. *Cadernos do CEAS*. n.138, p. 23-24.

<sup>8</sup> A Igreja no Continente latino-americano tem testemunhado uma atitude profética ao estar do lado dos pobres. Na exaltação pós-sinodal *Ecclesia in América* afirma: “Domina cada vez mais, em muitos países americanos, um sistema conhecido como

A barbárie da emergente política internacional no campo da genética leva a um verdadeiro “neocolonialismo tecnocientífico”. Constata-se que a transferência de tecnologia ocorre de forma diferenciada e discriminatória, cerceando o direito de aprender dos habitantes do mundo pobre. Os países ditos do Primeiro Mundo celebram alianças estratégicas para transferir ou socializar o conhecimento científico e tecnológico. Esse é o processo testemunhado pelos Estados Unidos, Japão e CEE (Comunidade Econômica Européia), mais conhecido como esforço de cooperação internacional (entre os países ricos). Para ensinar alguma coisa (em geral já obsoleta) aos países pobres ou medianamente industrializados, os ricos realizam acordos que envolvem a transferência (venda) de saber tecnocientífico. Os que aceitam tais acordos assumem gastos fabulosos que aumentam assustadoramente suas dívidas externas, e vivem o perverso neoliberalismo.

‘neoliberalismo’; sistema que, apoiado numa concepção economista do homem, considera o lucro e as leis de mercado parâmetros absolutos em detrimento da dignidade e do respeito da pessoa e do povo. Por vezes, esse sistema transformou-se numa justificação ideológica de algumas atitudes e modos de agir no campo social e político que provocam a marginalização dos mais fracos. De fato, os pobres são sempre mais numerosos, vítimas de determinadas políticas e estruturas frequentemente injustas”, n.56

<sup>9</sup> A autora da terminologia empregada Fátima Oliveira reflete: “Hoje, a medicina preventiva genética – centrada quase exclusivamente apenas no diagnóstico genético – aponta para o controle de qualidade do produto a ser concebido. Embora estime-se em 6000 as doenças genéticas passíveis de diagnósticos, destas mil já estão localizadas, os diagnósticos só são possíveis para cerca de 500 e o tratamento para apenas algumas. Diagnostica-se os chamados defeitos genéticos, faz-se diagnóstico genético pré-implantatório em pré-embriões (considerado assim até 14 dias após fertilização), em embriões, em fetos, com o intuito de selecionar os que se considera melhores. Define-se e pré-seleciona-se sexo. O que for considerado imprestável é abortado na prole! (...) Já é possível fazer diagnóstico pré-natal de algumas doenças hereditárias ou genéticas graves; diagnosticar predisposição biológica e fazer tratamento para doenças do patrimônio genético. A micromanipulação genética (diagnóstico pré-implantatório) não deixa escapar embriões com defeito de fabricação. O enfoque patriarcal e misógeno em muitas destas práticas é explícito. Chegamos ao controle de qualidade quase total na produção de humanos! Na procriação humana assistida não estão demarcadas as fronteiras entre diagnóstico genético pré-natal e controle de qualidade total. A triagem genética de embriões e a bioengenharia, ou o adestramento de genes, trouxeram problemas éticos de grande vulto, por exemplo, a vontade de determinar pedigree para seres humanos”. OLIVEIRA, F. *Opressão de gênero, genética e bioética*. p. 91.

Outro aspecto intrigante é que a crise encontrada hoje na reprodução da vida – social ou laboratorial – devido à desigualdade na chance de uma digna e justa reprodução, coincide com as altas taxas de lucro, por exemplo, nas indústrias transnacionais. As vantagens de lucro e a sobrevivência da humanidade entram cada vez mais em uma visível contradição. O caminho da maximização dos lucros resulta ser um caminho para a destruição da humanidade.

A partir do que foi refletido não se pode perguntar: não seria a vida e o mundo dos pobres – como indivíduos, grupos, nações e Continentes – um lugar social e uma perspectiva de análise que questiona cotidianamente o progresso técnico-científico no campo da reprodução assistida, devido ao fato inegável da experiência de desigualdade-exclusão que vivem? Nesse sentido a Igreja tem exercido uma missão profética ao denunciar a expropriação pelo progresso técnico-científico, de modo especial na esfera da reprodução da vida. A perspectiva eclesial fica clara quando afirma:

“Infelizmente, em muitas regiões do continente americano, a mulher é ainda objeto de discriminação. Por isso, pode-se dizer que a face dos pobres na América é ainda a face de muitas mulheres. Eis por que os Padres Sinodais falaram de um ‘aspecto feminino da pobreza’. A Igreja sente-se no dever de insistir na dignidade humana comum a toda pessoa. Ela ‘denuncia a discriminação, o abuso sexual e a prepotência masculina como ações contrárias ao plano de Deus’. De modo particular, ela deplora como abominável a esterilização, às vezes programada, das mulheres, sobretudo das mais pobres e marginalizadas, que está sendo praticada, com frequência sub-repticiamente, à revelia das próprias interessadas; mais grave ainda quando se recorrem a tais meios para conseguir ajuda econômica em nível internacional”<sup>10</sup>.

### III. VALORAÇÃO ÉTICO-TEOLÓGICA DA RHA

Uma questão séria para a teologia moral na atualidade é a tratção ético-teológica da RHA. Ninguém pode negar o progresso conquistado para possibilitar a fecundidade biológica, na qual o filho herda o patrimônio genético

dos pais e se constitui num símbolo do amor conjugal. O problema é o que pensar, na perspectiva da moral, sobre as possibilidades que oferece a fecundação artificial.

A *posição oficial da Igreja* geralmente é construída a partir de *critérios* como:

a) *argumentação moral deontológica*: “considera-se fundamentalmente, e quase que de modo exclusivo, a ‘ação em si mesma’ (a materialidade ou o significado técnico); além disso tal ação é avaliada em relação a uma norma fixa e universal que se expressa mediante a categoria de ‘ordem natural’ (paradigma da Lei Natural) que, por sua vez é a objetivação normativa da estrutura biológica do humano”<sup>11</sup>. Esta argumentação posiciona-se contra a fecundação artificial, baseando-se na natureza do ato procriativo. Acentua o ato conjugal;

b) *a alternativa da adoção*: frente à situação de esterilidade, ou para não se acentuar demais a procriação, a Igreja tem apresentado como saída a opção da adoção. Inclusive chega-se a falar também em entrega a um serviço social;

c) *saber assumir a precariedade, a limitação*: a Igreja procura conscientizar, diante de uma limitação da natureza humana, a necessidade de assumir os limites para não desorientar de uma moral que sabe equilibrar os custos e riscos pessoais com as necessidades ou desejos.

A Igreja também apresenta certas posturas morais diante da RHA, as quais dificultam aceitar a reprodução artificial. Entre estas pode-se destacar:

a) *respeitar a estrutura do ato conjugal*: é um pressuposto fundamental na doutrina da Igreja o respeito à natureza e ao sentimento humano que deve acompanhar todo ato conjugal. Não se aceita qualquer “tipo de mecanização ou artifício, que atrapalhasse o desenvolvimento natural da entrega, o que seria considerado ilícito, como um ato desumanizante que eliminaria a sua

<sup>10</sup> JOÃO PAULO II. *Exortação apostólica pós-sinodal ecclesia in América*. n.45 - Cf. n. 58;63.

<sup>11</sup> VIDAL, Marciano. *Moral de atitudes: Moral da pessoa e bioética teológica*. vol. 2, tomo 1. p. 540.

intimidade e o seu caráter sagrado. A moralidade fica configurada à realidade biológica e relacional que se dá na relação sexual. A instrução *Donum Vitae* é clara em relação a esta postura<sup>12</sup>;

b) *dificuldades com os métodos científicos* : posição de não aceitação de todo método que não seja natural. A *Donum Vitae* comenta a respeito das ambigüidades do progresso tecnológico/científico<sup>13</sup>;

c) *condena a prática masturbatória*: a masturbação sempre é condenada por ser intrinsecamente pecaminosa e, por isso, jamais seria justificada por qualquer fim bom, como seria o desejo de procriar<sup>14</sup>;

---

<sup>12</sup> A *Donum Vitae* afirma: “a transmissão da vida humana tem uma originalidade, que deriva da originalidade própria da pessoa humana. ‘A transmissão da vida humana é confiada pela natureza a um ato pessoal e consciente e, como tal, sujeito às sacrosantas leis de Deus. Leis imutáveis e invioláveis que devem ser reconhecidas e observadas. É por isso que não se pode usar meios e seguir métodos que podem ser lícitos na transmissão da vida das plantas e dos animais’;

“A procriação humana exige uma colaboração responsável dos esposos com o amor fecundo de Deus; o dom da vida humana deve realizar-se no matrimônio, através dos atos específicos e exclusivos dos esposos, segundo as leis inscritas nas suas pessoas e na sua união”;

“a fecundação é querida licitamente quando é o termo de um ato conjugal de per si apto para a geração da prole, ao qual, por sua natureza, se ordena o matrimônio, e com o qual os cônjuges se tornam uma só carne. Mas, do ponto de vista moral, a procriação é privada da sua perfeição própria quando não é querida como fruto do ato conjugal, isto é, do gesto específico da união dos esposos”, CONGREG. PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Donum Vitae*. intr. 4; II, B.4<sup>a</sup>; II, B. 4c.

<sup>13</sup> “Nenhum biólogo ou médico pode razoavelmente pretender, por força da sua competência científica, decidir sobre a origem e o destino dos homens. Esta doutrina deve ser aplicada, de modo particular, no âmbito da sexualidade e da procriação”;

“Atualmente, os progressos da técnica tornaram possível uma procriação sexual, mediante o encontro in vitro das células germinais previamente retiradas do homem e da mulher. Mas aquilo que é tecnicamente possível não é, necessariamente, por esta mera razão, admissível do ponto de vista moral”, *Ibid.*, Intr. 3 e 4.

<sup>14</sup> Diz a Instrução *Donum Vitae*: “A inseminação artificial substitutiva do ato conjugal é proibida em razão da dissociação voluntariamente exercida entre os dois significados do ato conjugal. A masturbação, mediante a qual obtém-se normalmente o esperma, é um outro sinal de tal dissociação: também quando é efetuado em vista da procriação, o gesto permanece privado do seu significado unitivo: ‘falta-lhe... a relação sexual exigida pela ordem moral, aquela que realiza ‘o sentido integral da doação mútua e da procriação humana’ no contexto do verdadeiro amor”, *Ibid.*, Introd. 3.

d) *O valor da vida humana*: a Igreja procura sempre apresentar a vida como um valor inviolável, fundamental. Por isso, não se aceita certas experimentações a partir da concepção<sup>15</sup> ;

e) *preocupação com os riscos e os futuros perigos*: outro fator que leva a Igreja a se opor a todo tipo de práticas no campo da reprodução assistida, está a preocupação com as conseqüências futuras que delas se poderá ter<sup>16</sup>.

f) *inseminação fora do matrimônio*: repudia-se a inseminação no caso de uma mulher solteira; mostrando que a maternidade não justifica qualquer meio de conseguir tal intento. Também repudia os “bancos de esperma”, por não estarem longe de um perigoso negócio.

Com essa postura moral a Igreja apresenta uma posição crítica condicional. Procura-se evitar dois extremos: o primeiro, distanciar de atitudes de desconfiança e receios sistemáticos em relação ao processo de reprodução assistida, baseando-se numa sacralização ou defesa absoluta dos processos naturais (paradigma da lei natural)<sup>17</sup>; segundo, não idolatrar as técnicas a partir de sua eficácia e no que têm de “conquistas espetaculares”.

---

<sup>15</sup> “A vida física, pela qual tem início a caminhada humana no mundo, certamente não esgota em si todo o valor da pessoa, nem representa o bem supremo do homem que é chamado à eternidade. Todavia, de certo modo, ela constitui o seu valor ‘fundamental’, exatamente porque sobre a vida física fundamental-se e desenvolvem-se todos os outros valores da pessoa. A inviolabilidade do direito do ser humano inocente à vida, ‘desde o momento da concepção até à morte’, é um sinal e uma exigência da inviolabilidade mesma da pessoa à qual o Criador concedeu o dom da vida”, *ibid.*, Introd. 4.

<sup>16</sup> “O...congelamento dos embriões, mesmo se executado para assegurar uma conservação em vida do embrião – criopreservação – constitui uma ofensa ao respeito devido aos seres humanos, uma vez que se opõe a graves riscos de morte ou de dano à sua integridade física, priva-os menos temporariamente da acolhida e da gestação maternas, pondo-os em uma situação suscetível de ulteriores ofensas e manipulações. Algumas tentativas de intervenção no patrimônio cromossômico ou genético não são terapêuticas, mas visam a produzir seres humanos selecionados segundo o sexo ou outras qualidades preestabelecidas”, *Ibid.*, I,6.

<sup>17</sup> Um grupo de moralistas (visão personalista) apresenta uma postura diversificada. Neste sentido reflete o moralista Francisco J. Elezari Basterra: “A separação entre sexualidade e procriação, que constitui uma imoralidade absoluta para a primeira

No intuito de tratar a RHA numa *perspectiva personalista e libertadora*, a seguir tentar-se-á aprofundar a temática partindo da pessoa e do mundo dos excluídos. Sem dúvida é muito complicado realizar uma valoração ético-teológica da RHA a partir da ótica dos pobres-excluídos. Para isso é preciso entender, entre outras coisas, que a revolução biotecnológica funciona numa aliança forte entre tecnologia, economia e interesse individual. Tudo pode contribuir para uma mercantilização, onde a vida da imensa maioria pode ser descartável. Inclusive, chega-se a afirmar a possibilidade de uma “seleção eugênica”, onde se vislumbram sociedades inteiras tentadas a praticar esta seleção em populações inteiras que possam ser consideradas geneticamente vulneráveis ou desqualificadas de acordo com o padrão ditado pela lógica dos poderosos do mercado totalitário.

Diante de uma sociedade que não tem condições objetivas de dar saúde, moradia, escola, emprego - fatores dignos e justos -, que obriga as mulheres empobrecidas a escolherem entre a permanência no trabalho ou a interrupção da gravidez, que cultiva uma mentalidade excludente e abortiva, que possibilita o acesso ao avanço tecnológico da medicina apenas aos integrados do mercado, que silencia diante do fato de que o filho dos pobres é produto do tempo e das relações desumanizadas e brutalizadas pela exploração do corpo e do trabalho, fica difícil acreditar na possibilidade dos pobres terem acesso aos

---

posição seja qual for o lugar ou a circunstância, não merece tal estigma moral quando a procriação é impossível através do ato sexual e quando essa situação encontra uma solução humana através da técnica. Em contrapartida, quando a reprodução natural é humanamente possível, o recurso à fecundação em laboratório não parece uma opção séria e sensata. O caráter natural ou artificial da fecundação não é considerado moralmente determinante a partir de uma moral de cunho personalista, que valoriza tanto o natural como o artificial com base em critérios mais globais e pessoais. (...) Com base nesse enfoque, compartilhado por importantes moralistas católicos e que se apresentam como razoável para muitos cristãos, a fecundação artificial feita com o objetivo de solucionar graves problemas de casais fecundos não apresenta dificuldades insuperáveis e pode ser integrada dentro de uma moral cristã centrada no bem do homem”. ELEZARI BASTERRA, F. J. *Práxis cristã*, II: opção pela vida e pelo amor, p. 213-214.

benefícios da RHA. O que se pode trabalhar é a experiência do pobre como realidade ético-crítica da reprodução humana.

Os pobres excluídos como indivíduos, grupos, nações,... são então uma contínua e séria interpelação ética em relação aos projetos de pesquisas e todo seu processo de investimento e desenvolvimento, aos métodos de procedimentos e na utilização de seus resultados. Pois nesse processo há pessoas e grupos vulneráveis e despossuídos exigindo sinais de solidariedade e justiça.

Por isso, pensar uma perspectiva renovada libertadora implica trabalhá-la em cima de critérios éticos, como:

a) *atitude crítica frente à “reprodução humana excludente”*: deve-se reprovar toda manipulação inerente à RHA que leve a determinadas seleções, classificações, discriminações, a partir de um poder político e econômico capaz de fabricar cidadão de uma maneira determinada e programada, deixando de lado a dimensão do humano-existencial, do amor-solidariedade do casal e da sociedade. Este critério é operacionalizado pelo princípio ético-crítico que questiona o sistema de mercado a partir das vítimas: as corporeidades pobres, por estarem despossuídas do poder necessário para usufruir e produzir no campo da biotecnologia, poderão ser protagonistas no ajuizar ético-teologicamente as novas técnicas e suas políticas no campo da reprodução, podendo se opor, por exemplo, a uma procriação quantitativa e qualitativamente programada de acordo com a política do mercado excludente – onde pode ocorrer a venda de espermatozoides ou de embriões de tipos humanos selecionados com base em características estéticas, étnicas e intelectuais consideradas desejáveis;

b) *atitude crítica diante da política eugênica*: se partimos do fato de que o poder de manipulação reprodutiva da vida pertence à classe dominante, a reprodução estará fortemente influenciada por ela. Quem tem o poder acaba determinando qual vida pode e deve nascer – havendo, nesse caso, o risco da eugenia, da discriminação. Daí as preocupações ao se levantar o risco de manipulações ideológicas por trás dos experimentos biológicos. Frente a uma revolução tecnocientífica poderosa, fica difícil saber quais os interesses

que estão por trás das experimentações<sup>18</sup>. Também a Igreja tem manifestado sua preocupação em relação às ameaças eugênicas<sup>19</sup>;

c) *atitude crítica em relação à mercantilização do corpo humano*: na atual conjuntura sócio-econômica, a corporeidade é expropriada com a chamada mercantilização do corpo<sup>20</sup>. A corporeidade dos seres humanos é

---

<sup>18</sup> Afirma a médica Fátima Oliveira: é difícil saber que “segredos os laboratórios/oratórios da bioengenharia estão guardando... Avaliar os benefícios e os riscos das coisas novas que os deuses da ciência estão tramando é quase impossível porque, além de não sabermos o que já descobriram, inventaram ou estão fazendo, não há controle social nem ético sobre tais novidades. Outra séria preocupação é que os donos desses saberes são os países ricos, os ditos desenvolvidos que, como sabemos, não são exatamente um bom exemplo de preocupações humanitárias... A indagação instigante é: o que eles farão com esse biopoder? Sabemos que as nefastas intenções dos chamados sexismo e racismo científico adquirem fôlego renovado com os novos saberes/poderes. A carteira de identidade genética já é uma realidade. O certificado de predisposição genética para a saúde ou para a doença, definindo os genes bons e os ruins, poderá ser um documento exigido para a obtenção de emprego! (...) É forte a tentação de uso destas biotecnologias para fins de eugenia. As pessoas discriminadas pelo racismo sabem que existe o desejo de melhoramento físico e mental do *homo sapiens* – incentivando a procriação dos aptos (leia-se: brancos), limitando, e até excluindo, a procriação daqueles que apresentam defeitos de fabricação”. OLIVEIRA, Fátima. *Bioética – uma face da cidadania*. p. 62-63.

<sup>19</sup> “Hoje, na América, como em outras partes do mundo, é possível entrever um modelo de sociedade em que dominam os poderosos, marginalizando e até mesmo eliminando os mais fracos: penso aqui nas crianças não-nascidas, vítimas indefesas do aborto; nos anciãos e nos doentes incuráveis, às vezes objeto de eutanásia... (...) “Como não dar graças a Deus, e como não expressar vivo apreço pelos irmãos e irmãs na fé que, na América, junto a outros cristãos, inúmeras pessoas de boa vontade estão empenhados em defender, com todos os meios legais, a vida e a tutelar o nascituro, o doente incurável e os inválidos? Sua ação é ainda mais meritória se se considerar a indiferença de muitos, as ameaças eugênicas e os atentados à vida e à dignidade humana que diariamente se cometem em todo lugar”, JOÃO PAULO II. *Ecclesia in América*. n. 63.

<sup>20</sup> “A reprodução assistida ou fecundação artificial humana teve origem como solução para a esterilidade; mas, logo em seguida, às técnicas e às doações, juntou-se o mercado. Ainda que teoricamente todos os elementos do sistema possam ser objeto de comercialização, despertaram interesse até agora, sobretudo, dois fenômenos: a passagem da doação à venda do esperma, e depois também dos óvulos; e o aluguel do útero por parte de mulheres para casais estéreis”. BERLINGER, G; GARRAFA, V. *O mercado humano*. p. 117-118.

trabalhada por uma biomedicina técnico-científica, preditiva etc. que procura corrigir, melhorar, redefinir a realidade corpórea. O problema é a lógica de uma política mercadocêntrica embutida nas experimentações, que explora milhões de corporeidades - especialmente as dos indefesos -, esquecendo muitas vezes o compromisso ético em relações aos direitos inalienáveis de cada corpo. Nesse sentido afirma com sabedoria o teólogo Mieth: “entre os princípios éticos que servem de apoio à constituição dos estados de direito se inclui a indisponibilidade de determinados bens, que não podem ser transformados em mercadorias ou comercializados. Isto se aplica, por exemplo, à dignidade humana e às partes do corpo humano... Por isso, incluir células do corpo humano (por exemplo genes) na disposição sobre bens – uma prática planejada ou já legalizada – é com razão uma medida polêmica. Trata-se aqui do patenteamento, isto é, do privilégio de excluir outros do uso de processos, informações genéticas e produtos. A proposta de patentear partes do corpo humano... é um sinal de que a esperança de tirar proveito de novo mercado biotecnológico exerce uma pressão cada vez maior sobre os princípios constitucionais”<sup>21</sup>;

d) *atitude solidária que favorece a organização-participação libertadora dos excluídos*: diante de um Estado omissivo, da falta de uma política que defenda e promova as corporeidades pobres e excluídas, de uma sociedade civil desorganizada, de um mercado totalitário, esta atitude-princípio quer fomentar uma ação das vítimas. Caminho que deverá proporcionar uma luta contra tudo aquilo que apequena, despreza, des-dignifica, comercializa, assassina, a vida dos insignificantes para a sociedade excludente. E ainda: não se pode ser cúmplice de uma sociedade que segrega os pobres baseando-se no genótipo. Segregação que dará origem a uma subclasse genética. Ou seja: “as sociedades sempre se dividiram entre ricos e pobres, poderosos e se sem poder, elite e massas. Durante toda a história, as pessoas foram segregadas em castas e classes, utilizando-se uma infinidade de argumentos racionais para justificar as injustiças impostas por uns poucos sobre os demais. Raça, religião

---

<sup>21</sup> MIETH, Dietmar. A dignidade do homem é intocável: que significa para este princípio o mercado?. *Concilium*, Petrópolis, 270, p. 156, 1997/2.

e nacionalidade são métodos bastante usados de categorização e vitimização. Atualmente, com o surgimento da triagem e engenharia genética, a sociedade nutre a perspectiva de uma nova e ainda mais séria forma de segregação: a segregação baseada no genótipo<sup>22</sup>;

e) *atitude de desconstrução das negatividades (das normas, ações, instituições) e a construção das novas instâncias pró-libertação*: diante de uma sociedade injusta e exploradora, de uma realidade complexa, exige-se hoje um pluralismo de sujeitos éticos, uma luta para se chegar a uma construção conjunta de consensos, uma ramificação de critérios, uma valorização dialógica e responsável da nova subjetividade, em vista da liberdade, da maioridade, dos direitos humano-sociais garantidos. Por aí se pode crer numa capacitação para enfrentar os novos desafios no campo da produção e da reprodução da vida.

Para terminar, espera-se que esta reflexão sobre RHA, na perspectiva da corporeidade e da história dos excluídos, tenha contribuído para re-enfocar e redefinir a temática em questão. Objetivo que tem como preocupação defender e promover a vida dos sempre derrotados pela lógica dos poderosos da sociedade. É a tentativa de procurar estar sintonizado com a afirmação: “O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são o único e indivisível Evangelho”(João Paulo II)<sup>23</sup>.

### Bibliografia

- BERLINGER, G.; GARRAFA, V. *O mercado humano*: estudo bioético da compra e venda de partes do corpo. Brasília: UNB, 1996. 212p.
- CASTRO, Mary C. Esterilização de mulheres no Brasil. *Cadernos do CEAS*, n.138.

<sup>22</sup> J. RIFKIN. *op. cit.* p. 169.

<sup>23</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Ecclesia in América; Donum Vitae*.

ELEZARI BASTERRA, F. Javier. Técnicas de reprodução humana. In *Práxis cristã*, II: opção pela vida e pelo amor. São Paulo: Paulinas, 1994. p. 205-217.

JUNGUES, José Roque. *Bioética*. São Leopoldo: Unisinos. 322p.

OLIVEIRA, Fátima. *Bioética: uma fase da cidadania*. São Paulo: Moderna, 1997. 144p.

\_\_\_\_\_ *Engenharia genética: o sétimo dia da criação*. São Paulo: Moderna, 1995. 135p.

RIFKIN, Jeremy. *O século da biotecnologia: a valorização dos genes e a reconstrução do mundo*. São Paulo: Makron Books, 1999. 290p.

SFEZ, Lucien. *A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia*. São Paulo: Loyola, 1996. 407p.

SOUSA MARTINS, José de. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. 141p.

TESTART, Jacques. *O ovo transparente*. São Paulo: Edusp, 1995. 134 p.

VIDAL, Marciano. *Moral de atitudes: moral da pessoa e bioética teológica*. vol. 2, T 1. Aparecida: Santuário, 1997. 743p.

Frei Luiz Augusto de Mattos é Doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Leciona na Faculdade de Teologia do Centro Universitário Assunção.